



Discussão Teórica do Conceito de Corrupção: Um caminho para se pensar as ações micro corruptivas.

Nome¹

Fabrizio Chioccola – ESPM/SP

Resumo

Com o foco voltado para o contexto brasileiro, este artigo propõe uma discussão teórica sobre o fenômeno da corrupção e, seus aspectos relevantes como caminho para se pensar as práticas micro corruptivas no cotidiano. Ao percorremos este percurso notamos uma desarmonia entre os discursos e as ações quando inseridas em diferentes contextos que contemplam a esfera pública e a vida privada. Para tanto, inicialmente, são apresentadas algumas definições que pretendem situar a corrupção na contemporaneidade. Em seguida, desenvolve-se uma discussão teórica de autores que se dedicaram aos estudos da corrupção no Brasil. Finalmente, ao expormos nossas considerações em curso, lançamos luz a evidências que apontam para a importância de se realizar uma contextualização histórica como relevante instrumento de coleta de dados, e que contribuem para entendimento da formação cultural brasileira, seus discursos e princípios morais que ainda parecem interagir.

Palavras-chave: ética; moral; corrupção; micro corrupção; consumo.

¹ Docente e pesquisador da Capes, Fabrizio Chioccola é Mestre e Doutorando em Comunicação e Práticas de Consumo da ESPM – SP. É Integrante do Grupo de Pesquisa GEPCO vinculado ao CNPQ - Grupo de Pesquisa em Ética, Comunicação e Consumo com estudos de recepção e ética com especial interesse em análise de discursos.



Introdução

Não necessitamos de uma análise muito aprofundada para perceber que, hoje, dentre uma infinidade de fenômenos presentes na construção do tecido social brasileiro, a prática da corrupção, seguramente, ocupa um lugar de destaque. Estamos habituados a nos encontrar com este tema diariamente tendo em vista a frequência com que tal assunto é tratado pela mídia de modo geral. Em suas inúmeras vertentes, modalidades e possibilidades a corrupção ostenta adjetivos como vil, imoral, endêmico e em certa medida pode ser entendido como cultural.

Antes de nos aprofundarmos mais detalhadamente nesta discussão, considero importante mencionar aqui a motivação que conduziu a consecução deste artigo. Frequentemente nos deparamos com abordagens que dão conta deste assunto - a corrupção - e que amiúde estão reduzidas ao conhecimento e a compreensão do mundo cujo modo de pensar da maioria se dá a partir de subjetividades e filtros oriundos de crenças, experiências de grupos sociais, definições entre bem e mal, certo e errado, e que são repetitivamente reproduzidas pelo senso comum.

Este artigo prima por um aprofundamento na acepção do discurso com caráter higienista que circula em torno do tema corrupção. Mais precisamente referimo-nos a um discurso anticorrupção que é moralista e que por sua vez tem significado de moralização da esfera pública, que funciona como uma espécie de discurso ético sobre o que queremos de uma vida boa na *polis*, uma vida em comum na qual os políticos assumam responsabilidades pelo outro (o cidadão), pelo bom governo e cumprindo com suas obrigações de homem público.

Discurso este que, em certa medida, ao ser proferido pela figura do “homem médio”², imputa juízo de valor moral às ações do homem público, ou seja, há um discurso sobre a virtude moral na esfera pública que é marcado pelo caráter asséptico das ações.

² Termo utilizado no Direito Penal para se referir a um modelo de comportamento idealizado no padrão de conduta social.



Por outro lado, existe as micro ações do cotidiano onde os indivíduos que produzem esses enunciados moralizantes à coisa pública, passam ser enunciatários da vida na *polis* e, por sua vez, responsáveis pela construção da vida boa em sociedade. Nesta condição estes sujeitos tornam-se os atores protagonistas das práticas corruptas no micro ambiente em que ele transita.

Entender estas micro ações corruptivas no cotidiano implica em entendermos as ações dos sujeitos no espaço privado, estabelecendo um contraponto deste mesmo sujeito que, de uma lado é produtor de discurso higienista em relação à corrupção no macro ambiente e de outro lado, entende-lo como ator principal de micro ações que rompem com os sentidos de princípios éticos de convivência em sociedade.

A estas rupturas, as quais intitularemos durante o desenvolvimento deste artigo de micro corrupções do cotidiano e, que embora sejam proibidas e nocivas às práticas sociais, acontecem com demasiada liberdade e autonomia no dia-dia, que servirão de fio condutor para a construção de uma discussão que pretende contribuir no sentido de responder ao problema que se apresenta: *As micro corrupções no cotidiano, entendidas como ações individuais, são lesivas ao tecido social, desorganizadoras das práticas de consumo, mas socialmente aceitas?*

Compete-nos um posicionamento diante da necessidade de nos aproximarmos a um entendimento do ser ético e embora este tema seja tratado com detalhes durante o artigo, esclarecemos que sob nossa ótica, ainda que de maneira introdutória, a ética pode ser entendida como um conjunto de regras e convenções que permitem a harmonia nas relações sociais para a construção de uma vida boa, justa, adequada e que vale a pena ser vivida. A ética ainda, pensada sob aspectos de relações culturais que se constroem com o tempo, pode sem dúvida, ter uma contribuição na construção social que objetiva o bem comum.

Outra abordagem que faz jus a ordem de reflexão que pretendemos seguir neste trabalho refere-se às abordagens que fazem alusão ao consumo, tema este que é cercado de pluralidades, mas e que neste artigo se evidencia por sua incumbência no papel de organizador social, presentes nas relações materiais, simbólicas e culturais.



A partir de uma primeira observação à produção de discursos proferida pelo senso comum no que tange as práticas corruptivas, notam-se, inicialmente, três aspectos fundamentais.

O primeiro diz respeito à reprodução de um discurso determinista no qual o outro está sempre presente como protagonista do ato corrupto, ou seja, acusa-se, julga-se e condena-se sem critério. Normalmente, é permeada por tons de acusação que não contemplam fatos, mas sim subjetividades infundadas oriundas de fontes desconhecidas que não preservam os direitos da alteridade.

O antropólogo brasileiro Everardo Rocha (2004), ao escrever o prefácio da edição brasileira do livro *O Mundo dos Bens* da antropóloga social inglesa, Mary Douglas, e do economista inglês, Baron Isherwood, ao se referir aos aspectos culturais do consumo e do discurso na sociedade moderna, ressaltou:

“Em geral quando se fala em consumo, o discurso preferido o faz a partir de alguns enquadramentos preferenciais. O consumo pode ser explicado como essencial para felicidade e realização pessoal, em um enquadramento hedonista, pode ser explicado a partir do enquadramento moralista, no qual o tom é denunciatório e o consumo é responsabilizado por diversas mazelas da sociedade. Pode ainda ser explicado num enquadramento naturalista, ora atendendo a necessidades físicas, ora respondendo a desejos psicológicos” (ROCHA, 2004, p. 10).

Em segundo lugar consideramos que este discurso está normalmente relacionado coisa pública, ou seja, ao sabor das conveniências de ordem política, interesses partidários, escândalos entre parcerias públicas com grandes empresas da iniciativa privada cujos paredros não prezam pela transparência na utilização do erário.

Um terceiro aspecto que atribuímos a esse discurso do “homem médio” é que, em certa medida, ele ganha força quando proferido a partir de um caráter moralista às práticas de corrupção, Peres-Neto e Chioccola (2014), ao definirem o moralismo o descrevem como “a imposição de um sentido ou valor moral individual a uma ação impetrada por outrem”, acreditamos que, o “homem médio”, ao acusar algo ou



alguém de corrupto, o fazem carente de fatos concretos, provas materiais ou de um entendimento claro do fato em questão e atuam em um aparente processo de mimese reproduzindo as narrativas da mídia hegemônica.

Nesta mesma via, e com intuito de fortalecer nossa posição, compactuamos com Clovis e Praça (2014 p. 7) ao afirmarem que a narrativa jornalística não deixa espaço para a complexidade e completam:

“O que vemos e lemos na mídia sobre corrupção é, quase sempre, enganoso. Não porque as notícias envolvem desproporcionalmente este ou aquele partido. [...] Mas porque narrativas jornalísticas simplificam a realidade de uma maneira extrema, bem mais danosa do que se costuma imaginar”. (BARROS E PRAÇA, 2014, p. 7).

O objetivo de este artigo, porém, não é o de pensar a corrupção como fenômeno que marca exclusivamente às ações no macro ambiente, tampouco avaliar as doações de empresários para o financiamento de campanhas eleitorais, mas sim, de maneira sistematizada, tratar das micro ações corruptivas enquanto práticas de consumo que circulam de maneira livre, no cotidiano, por sujeitos comuns e que interferem na construção do tecido social, privilegiando uma abordagem cultural, que corrobora com a nossa hipótese principal, a proposta de que as micro corrupções no cotidiano são ações culturalmente emancipadas.

Mais especificamente, este artigo propõe uma reflexão ao tratar da ação do sujeito enquanto ator social quando colocado diante de escolhas, as quais envolvem pequenas decisões no seu dia-dia, como por exemplo, oferecer suborno a guardas de trânsito, “gatos” em tv a cabo, atestados falsos, ingressos na mão de cambistas, plágio em trabalhos escolares/universitários, estacionar em vagas de cadeirantes etc. Enfim, uma auto concessão de prerrogativas que marcam uma infinidade de micro decisões no cotidiano e que contam apenas com o autogoverno dos sujeitos para deliberarem sobre suas ações .

Imbricações entre consumo, ética e micro corrupções.



Diante da pluralidade de definições e abordagens que cercam o tema - consumo - cabe aqui um posicionamento que, se não esclarece, ao menos tem a pretensão de pontuar, para efeitos de construção deste artigo, uma ideia do que consideramos como aproximações epistemológicas do termo consumo.

Embora ainda existam teorias que assegurem ao consumo as abordagens relacionadas aos pressupostos da economia neoclássica, pautados nos fundamentos do utilitarismo e que por hábito reduzem as práticas de consumo ao simples exercício da emulação ou à aquisição de bens materiais e acumulação de patrimônio, nós, para efeitos de desenvolvimento deste ensaio, compactuamos com as críticas realizadas por Douglas e Isherwood (2009), os autores chamam a atenção para as dimensões culturais e simbólicas do consumo e para a diversidade de motivações e interesses que vão além o ato de consumir.

Para Douglas e Isherwood (2009, p.8) “O consumo é algo ativo e constante em nosso cotidiano e nele desempenha um papel central como estruturador de valores que constroem identidades, regulam relações sociais, definem mapas culturais”.

Para reforçar nossa abordagem de situar o consumo como balizador social, como fenômeno que contribui para a construção do tecido social e acima de tudo como esferas que definem as ordens e posturas, as quais os atores sociais guiam e moldam seus encontros com o mundo, contamos com o reforço de Castro (2012) ao afirmar que “o consumo constitui um código por meio do qual nós nos relacionamos com os nossos pares e com o mundo à nossa volta”.

Para a mesma autora, ainda, ao se referir à importância do consumo enquanto campo nos diz que “Estudar o consumo significa, portanto, estudar uma das importantes maneiras como nos comunicamos com o outro e com o nosso ambiente social”.

Neste sentido, cabe esclarecer que a definição de “homem médio” pode ser compreendida, segundo Grant (2011) “como ação humana, *práxis* interativa e construída através da interação social”, a autora completa dizendo que:



“a conduta padrão do “homem médio”, por exemplo – fundamenta-se um discurso que permite um controle rígido e sutil, uma suposta previsibilidade de conduta, em que o indivíduo comum fica adstrito àquela interpretação, àquele sentido/significado tido e dado como “certo” e “único”, proveniente de um uso competente da língua”. (GRANT, 2011, p. 1621).

Em tempo, lembramos que nesta etapa do presente artigo, nossa proposta é, especificamente, estabelecermos relações entre consumo, ética e micro corrupções e suas relações com as ações do sujeito em questão – o “home médio”.

Então, ao afirmarmos que a ética se relaciona com o consumo, e que este, em suas diferentes manifestações pode ser analisado por esferas distintas (material e simbólica e cultural), consideramos salutar recordar a ideia de Peres- Neto (2014) ao nos explicar que:

“todo e qualquer consumo tem uma dimensão simbólica ainda que nem todas as práticas de consumo tenham necessariamente uma dimensão material”. Dessa forma, posto que abordar a temática do consumo enseja abordar de alguma maneira relações de poder decifrar símbolos e entender valores, é possível assegurar que sempre existirá uma dimensão ética que permeará todas as praticas de consumo, não apenas aquelas tidas como “conscientes” ou úteis. (PERES, 2014 p. 88)

Tomemos um exemplo. Imagine uma avenida com grande fluxo na cidade de São Paulo. Esta avenida possui três faixas de circulação, sendo que a faixa da esquerda, em determinado trecho da avenida seria exclusiva para os veículos que tivessem como objetivo uma conversão à esquerda, e as faixas do centro e direita ficariam então para o fluxo contínuo dos carros. Imagine agora que um sujeito, certamente mais apressado que os demais, interrompe o fluxo de carros na faixa central, ultrapassando toda extensão da fila que estava a sua esquerda, e causando enorme transtorno ao transito, faz sem considerar a existência dos outros que estão a sua volta, sua conversão passando na frente dos demais.

A situação supracitada é hipotética, não envolve em uma primeira análise nenhum aspecto material, mas nos serve como exemplo no sentido de ilustrar o



consumo simbólico como uma maneira de atuar no mundo, a partir de relações sociais, na medida em que há a atribuição de um egoísmo moral que rege as ações. Uma relação de corrupção. Uma relação de micro corrupção que possui uma dimensão ética. Barros e Praça (2014) alertam:

“Toda relação de corrupção é uma questão ética, porque se objetiva na adoção, por parte de duas ou mais pessoas, de um procedimento que atende aos seus próprios interesses, mas atenta contra a saúde do tecido social e agride princípios básicos de convivência” (BARROS E PRAÇA, 2014 p. 20).

Então, ao considerarmos a ação do sujeito apressado como uma micro corrupção podemos tecer alguns comentários. Inicialmente devemos entender o cotidiano enquanto *locus* dos acontecimentos nos quais pretendemos situar nosso objeto, ou seja, as micro corrupções acontecem no cotidiano dos indivíduos. Entendemos como cotidiano como uma sequência de momentos no tempo e no espaço - público ou privado - onde a vida acontece.

O consumo, como exposto anteriormente, está presente no cotidiano e se articula com a ética na medida em que consideramos os sujeitos como portadores de decisões ético-políticas, que são por sua vez, capazes de interferir na ação do outro na *polis*, ou como nos esclarece Barros e Praça (2014, p. 14) “Toda ética implica em renúncia. Abrir mão de alguns dos próprios interesses, apetites ou desejos em nome de uma convivência mais harmoniosa”.

Assim, podemos pensar sobre as relações imbricadas entre consumo, micro corrupções, cotidiano e ética a partir de uma noção de vida que vai contra as ideias de um bem comum, em outras palavras um privilégio do eu em detrimento do nós.

Valls (2008) nos orienta que “falar de ética significa falar de liberdade” ainda que:

“Num primeiro momento, a ética nos lembra das normas e as responsabilidades, mas não tem sentido falar de norma ou de responsabilidade desconsiderando de que o homem é livre, ou pode sê-lo.



(...) a norma nos diz como devemos agir. E se devemos agir de tal modo, é porque (ao menos teoricamente) também podemos não agir deste modo. Isto é: devemos obedecer, é porque podemos desobedecer, somos capazes de desobedecer à norma ou ao preceito”. (VALLS, 2008, p. 48)

Comunicação e cultura à luz das micro corrupções.

Faz-se imprescindível um posicionamento. Apoiamo-nos, então, em Don Slater (2002) que nos orienta “é através das formas de consumo culturalmente específicas que produzimos e reproduzimos culturas, relações sociais e, na verdade, a sociedade” (2002, p. 131).

A hipótese de que as micro corrupções no cotidiano são culturalmente emancipadas no Brasil, ganha força se pautarmos nossos esforços em estabelecer uma conexão entre as heranças deixadas pelo processo de colonização ibérica e os possíveis costumes que atravessaram gerações.

Sergio Buarque de Holanda, ao escrever o Livro Raízes do Brasil em 1936, já nos chamava a atenção para uma série de aspectos da colonização ibérica no Brasil. Dentre eles destacamos que ao se referir à cultura, Holanda (2015) nos diz: “A experiência e a tradição ensinam que toda cultura só absorve, assimila e elabora os traços de outras culturas, quando estes encontram uma possibilidade de ajuste aos seus quadros de vida”. Tal citação pode sugerir que a construção da cultura brasileira tenha realmente ganhado traços específicos a partir do encontro das diferentes culturas em seu período colonial.

Outro ponto digno de destaque da referida obra, diz respeito a nossa antiga inabilidade social em separar o público do privado. A este respeito o autor nos lembra que a contribuição brasileira para a civilização será a cordialidade e diz:

“Daremos ao mundo o “homem cordial”. A lhanza no trato, a hospitalidade, a generosidade, as virtudes tão gabadas por estrangeiros que nos visitam, representam, com efeito, um traço definido do caráter brasileiro, na medida, ao menos, em que permanece ativa e fecunda a



influência ancestral dos padrões de convívio humano, informado no meio rural e patriarcal. Seria engano supor que essas virtudes possam significar “boas maneiras” civilidade”. (HOLANDA, 2015 p. 176)

Cabe enfatizar, ademais, o papel da cultura no processo de construção do tecido social. Valemo-nos, para tal, das colocações de Pinto (1967) sobre a amalgamada relação entre cultura e sua característica atemporal:

A cultura é, por conseguinte, coetânea do processo de hominização, não tem data de nascimento definida nem forma distintiva inicial. A criação da cultura e a criação do homem são na verdade duas faces de um só e mesmo processo, que passa de principalmente orgânico na primeira fase a principalmente social na segunda fase, sem, contudo em qualquer momento deixarem de estar presentes os dois aspectos e de se condicionarem reciprocamente. (PINTO, 1967, p. 122)

Então, considerando a cultura enquanto um processo contínuo desde a sua criação e presente na construção do comportamento bem como nas tessituras que compõem a organização social, podemos afirmar que a cultura está presente nos processos comunicacionais. O autor Douglas Kellner (2001) vai além e defende que a cultura e a comunicação não devem ser pensadas separadamente e completa:

Toda a cultura para se tornar um produto social, portanto “cultura”, serve de mediadora da comunicação e é por esta medida comunicacional por natureza. No entanto, a “comunicação”, por sua vez, é mediada pela cultura, é um modo pelo qual a cultura é disseminada, realizada e efetivada. Não há comunicação sem cultura e não há cultura sem comunicação (KELLNER, 2001, p.52).

Neste contexto, na medida em que nos propomos a pensar a corrupção e as micro corrupções como praticas presentes na cultura e, portanto indissociável do processo de comunicação, ou em outras palavras ao pensarmos a comunicação enquanto construção de um discurso cultural, somos colocados diante de alguns questionamentos. Explico.



Como dito anteriormente, a mídia não costuma ser eficiente na reprodução de suas narrativas. No entanto, vemos a todo o momento casos de corrupção figurando com protagonismo os principais telejornais e mídia de um modo geral.

Não seria necessário um olhar muito atento pra reparar que apenas os grandes escândalos de corrupção ocupam lugar de destaque e que raramente casos de micro corrupção são veiculados pela mídia, embora como tenha defendido até aqui que tais práticas também sejam danosas à construção do tecido social.

Tendo em vista esta colocação tecemos os primeiros questionamentos. As micro corrupções não são fatos midiaticáveis, pois estão espraiadas no cotidiano e acontecem com pessoas comuns? Ainda que não sejam virtuosas, as micro corrupções são vistas como corriqueiras, pois são culturalmente aceitas?

Uma possibilidade que devemos considerar refere-se ao fato de que, diferentemente da corrupção na esfera pública, as micro corrupções no cotidiano não interferem diretamente no coletivo e conseqüentemente não são de interesse público. Newton Bignotto (2011) ao escrever seu artigo “Corrupção e opinião pública” traz a observação:

“Em pesquisa realizada pelo Centro de Referencia do Interesse Público³ sobre “a corrupção e o interesse público”, constatou-se, como havia ocorrido no ano anterior, que uma parcela majoritária da população brasileira considera o problema da corrupção uma marca de nossa vida pública. Em termos mais precisos, em 2009, 73% da população considerou a situação muito grave, enquanto 24% julgaram grave”. (BIGNOTTO, 2001 p. 15-16).

A partir de uma breve análise do texto supracitado nota-se um dado muito revelador, pois este percentual deveras elevado refere-se à vida pública e neste âmbito incluímos o Estado e arena política, instancias as quais, embora desacreditadas, estavam em 2009 distantes de vivenciar a cólera que a opinião pública atribui a política na atualidade.

³ Fonte: Centro de Referencia do Interesse Publico/Vox Populi, 2008 e 2009.



Isso, em certa medida, pode fortalecer o processo de invisibilidade do nosso objeto – as ações micro corruptivas no cotidiano, ou seja, a pluralidade de abordagens fundamentalistas relacionadas à corrupção no macro ambiente contemporâneo, pode resultar em um esvaziamento na atribuição de sentidos éticos e morais das micro ações corruptivas no cotidiano, tornando-as menos evidentes dentro de uma estrutura social .

O desafio que se coloca, então, está em situar às práticas micro corruptivas, que estão inseridas em uma sociedade híbrida cuja característica primeira é a cultura de massa, a partir das diferentes maneiras com que os sujeitos se apresentam na sociedade. Morin (2002), ao tratar da abrangência social, alerta:

Nossa sociedade é policultural. Há a cultura das humanidades, matriz da cultura erudita, a cultura nacional, que cultiva e exalta a identificação com a nação, as culturas religiosas, as culturas políticas, a cultura de massa. [...] A cultura na nossa sociedade é constituída por um sistema simbiótico-antagônico de múltiplas culturas, em que não existe homogeneidade (2002, p. 187).

Considerações em curso.

A problemática que norteará o andamento esta pesquisa primará por situar as micro corrupções no cotidiano enquanto ação individual que é desorganizadora das práticas de consumo. Tais ações individuais, quando pensadas sob o ponto de vista da comunicação, revelam alguns pontos pertinentes que merecem atenção.

Em primeiro lugar consideramos fundamental trabalhar os aspectos culturais, pois estes, de algum modo contribuíram para a construção de uma sociedade cujas ações micro corruptivas gozam de uma possível invisibilidade. Em um segundo momento, refletir sobre os discursos oriundos destas ações, isso, a partir de uma análise sistematizada dos discursos, nos permitirá um melhor entendimento dos significados das práticas micro corruptivas em diferentes instituições.



Outro aspecto que deverá aparecer em destaque em nossa pesquisa, e também relevante para os estudos de comunicação é a mídia, a partir de seus processos de mediação e produção de significados. Em seu livro *Por que estudar a mídia?* Silverstone (2002) já alertava para o fato de que:

“Precisamos compreender esse processo de mediação, compreender como surgem os significados, onde e com que consequências. Precisamos ser capazes de identificar os momentos em que processo parece falhar, em que é distorcido pela tecnologia ou de proposito. Precisamos compreender sua política: sua vulnerabilidade ao exercício do poder; sua dependência do trabalho da instituições e de indivíduos; e seu próprio poder de persuadir e de reclamar atenção e resposta. (SILVERSTONE, 2002 p.43).

Vale também enfatizar que no decorrer deste trabalho originaram-se algumas reflexões que serão posteriormente desenvolvidas, no que se refere a possíveis diferenças entre as características primárias da corrupção em relação às características intrínsecas às práticas micro corruptivas.

Uma destas reflexões sinaliza para uma diferença discreta na essência das práticas supracitadas. Ao se referirem as relações primarias que sustentam uma prática corruptiva, Clovis e Praça (2014) esclarecem:

“Apesar de toda diversidade e sofisticação, resta-nos identificar um esqueleto da relação de corrupção. Elementos que estejam presentes em todos os casos. Uma essência da ação corrupta. Assim, encontraremos nessa relação primária dois polos constituídos por um ou mais indivíduos. Para simplificar ao máximo, duas pessoas. O agente A, o corruptor, e o agente B, o corrupto. Este ultimo é detentor de um poder qualquer, objetivado numa prerrogativa decisória específica”. (CLOVIS E PRAÇA, 2014, p.32).

Ao servirmo-nos da definição acima surge então uma primeira possível diferença estrutural entre corrupção e micro corrupção, pois as micro corrupções do



cotidiano, diferentemente da corrupção não precisa necessariamente destes dois polos - o corrupto e o corruptor – ela pode ser praticada apenas com a figura do corruptor.

Tomemos o exemplo que trouxemos neste texto, note que o motorista apressado, neste caso o corruptor, não precisa da prerrogativa decisória de nenhum corrupto para valer-se do primeiro lugar na fila ou, em outra via, para colar em uma prova de vestibular não precisa necessariamente da anuência de outrem.

É imperativo, entretanto, ponderar que não queremos aqui dizer que a micro corrupção seja menos danosa à construção do tecido social, e sim que existem diferenças sutis entre suas práticas, embora as duas tragam deterioração. Sobre isso, Clovis e Praça (2014, p.24) lançam luz: “a corrupção é uma forma de vida que se sabota, que busca seu aniquilamento. O fim da sua própria condição. Existe, portanto, em toda relação de corrupção uma *performance* social suicida”.

“A moral é um conjunto de princípios que livremente cada um de nós decide respeitar. Orbital de normas e condutas que nos impomos por deliberação nossa, que respeitaríamos mesmo que não houvesse ninguém vigiando. Mesmo que fôssemos invisíveis. Ou invencíveis. Supõe um olhar do eu sobre a própria vida. Suas atividades, suas condutas, seus hábitos”. (CLOVIS E PRAÇA, 2014, p.53-54).

Referências

BARROS FILHO, Clóvis de. PRAÇA, Sérgio. **Corrupção: Parceria Degenerativa** – Campinas, SP: Papirus 7 mares, 2014.

BIGNOTTO, Newton. **Corrupção e opinião Pública**. In: FILGUIERAS, Fernando; AVRITZER, Leonardo (orgs). **Corrupção e sistema político no Brasil**. Editora Civilização Brasileira, 2011.

CASTRO, Gisela G. S. Screenagers: **Entretenimento, comunicação e consumo**. In: SLATER, Don. **Cultura do consumo e modernidade**. Editora Nobel, 2002.

DOUGLAS, Mary; ISHERWOOD, Baron. **O mundo dos bens: por uma antropologia do consumo**. Rio de Janeiro: Ed UFRJ, 2009 (Coleção Etnologia).



GRANT, Carolina. A manipulação discursiva e a figura do “homem médio” no direito penal. In: Portal de e-governo, inclusão digital e sociedade do conhecimento, 2011.

HOLANDA, Sergio Buarque. **Raízes do Brasil** - 27ª Edição- São Paulo: Companhia das letras, 2014.

KELLNER, Douglas. **A cultura da mídia**, estudos culturais: identidade e política entre o moderno e o pós-moderno. Trad.: Ivone Castilho Benedetti. São Paulo: EDUSC, 2001.

MORIN, Edgar. Da cultura análise à política cultural. Margem, São Paulo, n. 16, p. 183-221, dez. 2002.

PERES-NETO, Luiz. In: **Comunicação Consumo e Ação Reflexiva**. Org.: ROCHA, R.M; OROFINO, Isabel. Editora Sulina, 2014.

PERES-NETO, Luiz; CHIOCCOLA, Fabrizio. '**Ética e Telenovela: os Valores Morais Evangélicos e o Consumo de Telenovelas da Rede Globo**'. In: Intercom 2014 - XXXVII Congresso Brasileiro de Ciência da Comunicação, 2014, Foz do Iguaçu.

ROCHA, Everardo. Os bens como cultura: Mary Douglas e a antropologia do consumo. Apresentação, p. 7-18. In: DOUGLAS, Mary; ISHERWOOD, Baron. **O mundo dos bens: para uma antropologia do consumo**. Trad.: Plínio Dentzien. Rio de Janeiro: UFRJ, 2004.

SILVERSTONE, Roger. **Por que estudar a mídia?** São Paulo – Sp . Editora Loyola, 2002

VALLS, L. M. Álvaro. **O que é ética**. São Paulo: Brasiliense, 2008 –
Coleção Primeiros Passos.

VIEIRA PINTO, Álvaro. **Teoria da Cultura**. In: Ciência e existência: problemas filosóficos da pesquisa científica. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985.